

# RESPONSABILIDADE CIVIL

## DANOS MORAL E MATERIAL

---

### INADIMPLEMENTO — COMPRA E VENDA - ART. 822/CPC - MAU USO DA PROPRIEDADE

#### EMENTA

EXMO. SR. DR. DE DIREITO DA ....<sup>a</sup> VARA CÍVEL DA COMARCA DE ...., (qualificação), residente e domiciliado nesta Capital, na Rua .... nº ....., vem, com respeito e urbanidade, à presença de Vossa Excelência, através de seu procurador infra-assinado (instrumento procuratório anexo), propor a presente MEDIDA CAUTELAR DE SEQÜESTRO em confronto de ....., (qualificação), pelas razões de fato e de direito que passa a aduzir: 1. DOS FATOS 1.1. A autora é legítima proprietária do veículo marca ....., modelo ....., cor ....., ano ....., chassi ....., placas ....., que adquiriu de ....., conforme documento em anexo. 1.2. Ocorre, porém, que o réu, violando o ajustado, adquiriu o veículo no mês de ....., sendo que o pagamento deveria ser efetuado da seguinte forma: .... (....), na oportunidade da entrega do veículo, e mais .... (....) a serem pagos nos meses subseqüentes, em .... parcelas. 1.3. O réu, no entanto, somente efetuou o pagamento da primeira parcela, a do momento da entrega do veículo, não mais se pronunciando quanto às demais vencidas. Procurado pela autora, este passou a utilizar-se de evasivas, sem, contudo, proceder ao pagamento ajustado. 1.4. Ocorre que, além da inadimplência, veio a conhecimento da autora, de que o réu vem, desde a referida data, utilizando-se do veículo indevidamente, encontrando-se o mesmo com diversas notificações junto ao DETRAN, isto desde a aquisição do veículo. Também não providenciou o pagamento do Imposto de Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), o que faz com que, utilizando-se normalmente do veículo (como pode-se demonstrar pelas infrações de trânsito cometidas), corra-se o risco de se apreender o veículo junto ao DETRAN, o que onerará ainda mais o mesmo. 1.5. Tendo em vista o valor do veículo, .... (....) aproximadamente e a quantidade de multas, fica claro a intenção do réu em não mais ressarcir o autor no pagamento dos valores ajustados e ainda dilapidar a única garantia que poderia ter a autora em caso de desfazimento do negócio. 1.6. Não bastando, verificou a autora ter sido o referido veículo envolvido em acidente de trânsito, a questão de meses, sem que qualquer reparo tenha sido efetuado. No entanto, ainda assim continua o réu a utilizar-se do veículo, colocando em risco terceiros. 1.7. Observa-se que assim agindo, está lesando o autor, a ponto de fazer perecer a coisa objeto do negócio, única garantia existente, como já se disse. 1.8. Tendo em vista o acima exposto, e considerando que na última ocasião em que a autora manteve contato com o réu, este afirmou que na hipótese de demanda judicial, venderia o veículo para pessoa fora desta comarca, não sendo mais possível a localização deste, necessário se faz o presente pedido para que se garanta a existência da coisa objeto do litígio, ou seja, o veículo mencionado. 2. DO DIREITO 2.1. A pretensão encontra-se amparada no art. 822, inciso I e demais disposições pertinentes à espécie, inclusive 824, inciso II do CPC. 2.2. A autora pretende a propositura de Ação de Rescisão de Contrato, com a conseqüente restituição da propriedade, no momento oportuno. 3. DO PEDIDO 3.1. Pelo acima exposto, tendo em vista o dano que o veículo em questão vem sofrendo e a certeza de que será o mesmo a qualquer momento alienado, requer a V. Exa. que se digne determinar o SEQÜESTRO do referido veículo, sendo o mesmo depositado em mãos da autora, que é comerciante estabelecida a mais de dez anos nesta capital, possuindo patrimônio e todas as garantias necessárias para assumir tal encargo. 3.2. Que após a efetivação da medida, seja o réu citado para que, no prazo legal, conteste a presente, pena de revelia e que, ao final, seja julgada procedente, com a condenação do réu nos honorários de Advogado do autor (art. 20, Cód. de Proc. Civil), e mais pronúncias de Direito. 3.3. Requer ainda os benefícios do art. 172, § 2 do CPC, para a realização das diligências fora do horário convencional. 3.4. Protesta por todos os meios de prova em direito admitidos, inclusive testemunhal, depoimento pessoal do Réu, sob pena de confissão. 3.5. Atribui à presente causa o valor de R\$ .... (....). Nestes termos Pedem Deferimento. ...., .... de

.... de .... Advogado